



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 7/2008

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 9 DE ABRIL DE 2008

Aos nove dias do mês de Abril de dois mil e oito, nesta cidade de Rio Maior e sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, estando presentes os Vereadores, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, Manuel António dos Reis Brites, Eng.^a Maria Inês Maurício, António Manuel Rola, Dr. Rui Miguel do Casal Pinto Germano e João Teodoro Miguel.-----

INÍCIO

Quando eram dez horas e verificando-se a existência de quórum o Presidente da Câmara, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: quinhentos e oitenta mil, cento e oitenta e oito Euros e oitenta e quatro Cêntimos. -----

Operações não Orçamentais: duzentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e três Euros, oitenta e sete Cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada o Presidente havia proferido despachos sobre assuntos emanados da Divisão de Obras Particulares e da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico, bem como da Secção de Contabilidade – neste último caso referente à quinta Alteração/Modificação ao Orçamento da Despesa e à quinta Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano/Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes de 2008 - os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR ANTÓNIO MANUEL ROLA.-----

1. O Vereador António Manuel Rola interveio começando por cumprimentar todos os presentes, tendo de imediato iniciado a sua intervenção reportando-se ao processo de instalação do Parque Eólico nas Serras de Aire e Candeeiros, salientando que aquando da sua aprovação pela Câmara, solicitara, na altura, esclarecimentos quanto às contrapartidas do Município no que respeitava àquela instalação, tendo-lhe sido informado que a Câmara teria direito, como contrapartida, a 2,5% sobre a produção de electricidade daquele Parque Eólico e ainda que uma outra contrapartida seria a instalação da sede social da empresa em Rio Maior, pelo que solicitou que lhe fossem prestados esclarecimentos no sentido de saber qual o valor real quanto à contrapartida financeira do Município no que se refere à produção de energia eólica e ainda onde se encontra localizada a sede da empresa concessionária daquele Parque Eólico e quantos postos de trabalho foram criados por aquela. -----

1.1 O Senhor Presidente referiu que não deter de momento os elementos necessário para poder responder ao Senhor Vereador quanto aos valores exactos

da contrapartida financeira do Município em relação à produção de energia eólica, salientando, no entanto, o facto de, na sequência do contrato oportunamente celebrado, ter havido uma antecipação de receitas. Quanto à sede social da empresa em Rio Maior, informou ser de seu conhecimento a existência, entretanto, de várias mudanças a nível da estrutura da mesma, com a alienação de empresas e fusão de grupos económicos ligados àquele sector, não sabendo com rigor, no momento, qual a entidade que efectivamente explora o Parque Eólico, dizendo que prestaria a devida informação ao Senhor Vereador na próxima reunião. -----

2. O Vereador António Manuel Rola referiu-se à intervenção do munícipe José Luís Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de S. João da Ribeira, na última reunião de Câmara, no período correspondente ao “Atendimento ao Público”, manifestando o seu descontentamento pela forma como o Senhor Presidente da Câmara se dirigira àquele autarca. -----

2.1 O Presidente face à intervenção do Vereador, referiu que o Regimento de Funcionamento das Reuniões de Câmara prevê que na última reunião ordinária de cada mês mediante prévia inscrição possam existir intervenções dos munícipes. O Presidente da Câmara poderá responder às mesmas, nessa mesma reunião ou posteriormente, consoante a natureza das questões. Referindo, também, que o Senhor José Luís Cruz se inscrevera para intervir no período de “Atendimento ao Público” na última reunião camarária, na qualidade de munícipe, aproveitando para colocar questões na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S. João da Ribeira. Disse ter respondido ao autarca, naquela reunião, que o respeito e a dignidade que lhe merecem os Senhores Presidentes de Junta não permite que os mesmos precisem de se deslocar a uma reunião de Câmara para obter respostas do Presidente da Câmara aos problemas e questões das Juntas de Freguesia e que teria muito gosto em marcar uma reunião com o Sr. José Luís Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de S. João da Ribeira para se debaterem as questões que ali colocara, o que acontecera no dia a seguir

àquela reunião. Após a realização da referida reunião o Sr. Presidente de Junta percebeu as razões pelas quais o Senhor Presidente da Câmara tivera aquela atitude perante a sua intervenção na reunião de Câmara do dia 31 de Março do corrente ano, dada a existência de um Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e ainda dada a disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara, bem como, de todos os Vereadores do Executivo para tratar as questões das Freguesias. -----

VEREADOR MANUEL ANTÓNIO DOS REIS BRITES.-----

1. O Vereador António Manuel dos Reis Brites iniciou a sua intervenção reportando-se ao 17º Prémio Internacional de Marcha Atlética de Rio Maior, realizado no passado dia 7 de Abril, congratulando-se com a forma como decorrera aquela prova e felicitando todos os participantes e todos aqueles que a tinham organizado de forma exemplar, o que fora reconhecido pelo responsável da Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAF). -----

2. O Vereador António Manuel Brites na sua intervenção fez, ainda, um balanço do certame “Tasquinhas 2008”, reportando-se à realização de uma reunião com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, entidade parceira na realização do evento, na qual fora referido por aquela Associação que tanto a nível dos expositores como a nível da doçaria, o resultado fora excelente. O Vereador salientou o facto de se ter verificado uma grande afluência de público ao certame, tendo sido registada a entrada de cerca de 120 000 pessoas, salientando o facto dessa situação ser reflexo da acção de marketing realizada por uma empresa contratada para o efeito, tendo o evento sido publicitado em todos os órgãos de comunicação social, rádio, televisão e imprensa escrita. Mais, referiu, que em termos de divulgação do evento, tinham sido contactadas todas as Juntas de Freguesias que fazem fronteira com o Concelho de Rio Maior, no sentido de convidarem os seus munícipes a visitarem o certame. Fora, também, salientado pelo Senhor Vereador, que se verificara, no balanço final uma redução na receita em relação ao evento do ano anterior, mas registou o facto de as

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

Associações e Colectividades terem obtido excelentes resultados. O Vereador informou que de acordo com o levantamento efectuado haviam sido servidas no certame cerca de 60 000 refeições, o que revela que o lucro alcançado em relação a anos anterior fora superior. Finalmente disse ter sido um certame com resultados bastante positivos para a organização, para as Associações e Colectividades representadas no certame, bem como a nível da restauração na Cidade que não sofrera redução no seu movimento normal. Felicitou, finalmente, todos os que contribuíram para a organização do evento, nomeadamente, a Associação Empresarial de Rio Maior, as Associações e Colectividades participantes e todos os funcionários da Câmara Municipal. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

O Presidente da Câmara, na sua intervenção, deu conta da intenção quanto à alteração da data de realização da reunião ordinária da Câmara seguinte, a qual ocorreria no dia 23 de Abril, segundo o calendário normal, propondo assim que a mesma se antecipasse e se realizasse no dia 21 de Abril pelas 16 horas. -----

Todos os Vereadores tomaram conhecimento da alteração da data da reunião de Câmara, concordando com a realização da mesma naquela data, tomando conhecimento, igualmente, da data de realização da Assembleia Municipal para o dia 24 de Abril. -----

O Presidente deu também conhecimento de que a Câmara está a organizar as comemorações do dia 25 de Abril, que contemplarão a realização de uma Sessão Solene no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior e diversos eventos na Freguesia de Arrouquelas. -----

O Presidente fez referência ao 17º Grande Prémio de Marcha Atlética de Rio Maior, felicitando a Desmor, E.M., o Clube de Natação de Rio Maior, bem como, a Câmara Municipal de Rio Maior, pela organização daquela prova de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

âmbito internacional. Dirigindo-se ao Vereador da área do desporto, Manuel António dos Reis Brites e aos serviços envolvidos, felicitou-os pela organização e pelo circuito escolhido, o qual possibilitou uma maior afluência de público. Reportou-se, igualmente, ao prestígio daquela prova que conta com a participação de atletas considerados os melhores do mundo na modalidade. -----

Quanto ao evento “Tasquinhas 2008”, o Senhor Presidente, felicitou, igualmente, o Vereador Manuel António dos Reis Brites, pela forma positiva como decorrerá o certame, considerando ter sido um êxito nas suas várias vertentes, nomeadamente, social e financeira, salientando o envolvimento da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior o que se concretizou numa mais valia significativa. -----

O Presidente referiu-se, ainda, na sua intervenção, à realização do concurso de bandas, inserida na actividade “RM Rock”, levado a efeito pelo Sector de Juventude da Câmara Municipal de Rio Maior, felicitando a Vereadora Eng^a Maria Inês Maurício por aquela organização que envolveu bandas de todo o país, inclusivé de Rio Maior e reportando-se ao bom nível das mesmas e, ainda, ao prestígio das pessoas convidadas a integrarem o júri daquele concurso. Registou, também, com agrado a elevada participação dos jovens que acolheram aquela iniciativa com grande entusiasmo, dizendo ser um evento que poderá ser repetido no próximo ano, dado o sucesso do mesmo. -----

O Presidente deu conta do processo de negociações entre o Governo, a Associação de Municípios do Oeste e os quatro Municípios da margem direita do Tejo, relativamente à antecipação de investimentos para a região, por via da não vinda do aeroporto internacional de Lisboa para Ota, dizendo estar a ser ultimado um documento contendo esses investimentos do qual dará conhecimento aos Senhores Vereadores logo que o mesmo esteja preparado e em condições de ser assinado. Salientou a sua importância para o Concelho no presente e no futuro, agradecendo, desde já, a colaboração e compreensão manifestado por todos os

Senhores Vereadores quanto a esta matéria. -----

VEREADORA, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FROIS DE FIGUEIREDO. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo, interveio acerca das comemorações do dia 25 de Abril, dizendo que as mesmas, à semelhança do que acontecera no ano anterior, irão decorrer numa Freguesia do Concelho, nomeadamente, em Arroquelas, dando conhecimento do respectivo programa. Destacou a realização de um espectáculo no Cineteatro com cinco fadistas do Concelho, o qual pressupõe o lançamento de um CD daqueles artistas com o apoio da Câmara Municipal, o que constitui uma aspiração daqueles fadistas de há vários anos. Deu ainda conhecimento do facto da Universidade Sénior estar a organizar um Colóquio subordinado ao tema “O Poder Local, no pós 25 de Abril”. -----

O Presidente agradeceu à Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo, o apoio dado na organização das comemorações do dia 25 de Abril, evento que se pretende realizar com contenção de custos mas com grande dignidade. E salientou, mais uma vez, o facto daquelas comemorações decorrerem na cidade de Rio Maior e também na Freguesia de Arroquelas. -----

O Vereador António Manuel Rola interveio, registando com agrado o facto da Câmara Municipal de Rio Maior apoiar o lançamento de um CD dos cinco fadistas do concelho de Rio Maior, salientando o facto do presente apoio estar previsto em Plano e Orçamento do corrente ano. -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

OFICIO DE MANUEL INÁCIO & FILHOS, S.G.P.S, S.A. -----

Foi presente à Câmara um ofício da empresa Inácio & Filhos, S.G.P.S., S.A,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

datado de 14 de Março de 2008, reportando-se ao êxito alcançado pelo certame “Tasquinhas 2008”.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

***ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR –
AGRADECIMENTO.***-----

Foi presente à Câmara um ofício da Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, datado de 26 de Março de 2008, relativo ao envio do Relatório e Contas do ano de 2007.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

OFÍCIO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO.-----

Foi presente à Câmara um ofício da Federação Portuguesa de Natação, datado de 2 de Abril de 2008, relativo a um voto de agradecimento pelo apoio e colaboração prestada àquela Federação durante o ano de 2007.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

ORDEM DO DIA

**DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA
LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

***RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 32/2008 – MOVIMENTO ANUAL DA REDE
ESCOLAR PARA 2008/09 – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO
BÁSICO.***-----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 32/2008, datado de 4 de Abril, relativo ao

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

Movimento Anual da Rede Escolar para 2008/2009, no que se refere à educação pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo e Silva, expôs o presente assunto, por solicitação do Presidente da Câmara, dizendo ter sido comunicado à Câmara Municipal de Rio Maior por parte do Ministério da Educação a decisão de encerramento das Escolas, do Pé da Serra, de Arruda dos Pisões e de Correias. Salientou que no primeiro ano em que a Câmara fora notificada para encerramento da Escola de Pé da Serra, tinham sido feitos esforços no sentido daquela se manter aberta. Atendendo a que a sua suspensão era definitiva o artifício, encontrado, em conjunto com a DREL, fora de solicitar uma licença excepcional de funcionamento que só poderia ocorrer durante um ano lectivo, tendo já decorrido 2 anos lectivos. Mas em relação àquela Escola o Ministério da Educação mantém a sua posição quanto ao encerramento. Daí que, se tenha recorrido à constituição daquela Escola como pólo da Fonte da Bica, estando a funcionar no presente ano lectivo com essa condição, considerando ter sido essa uma boa opção, dado que, os alunos da povoação de Mata de Baixo também serão incluídos naquele pólo e estando previsto que cada uma das Escolas daquele pólo, no próximo ano lectivo, tenham à volta de 16 alunos. Salientou que a fundamentação apresentada pela Câmara para o não encerramento da Escola do Pé da Serra era válida, conseguindo fixar a população quer do Pé da Serra, quer da Fonte da Bica nas suas Escolas. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo, referiu-se ainda, ao parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, quanto à decisão de não encerramento das escolas, referindo-se ao facto do Presidente do Conselho Executivo da Escola das Marinhas ter-se pronunciado favoravelmente quanto àquele parecer, embora o mesmo não tenha direito a voto. -----

Quanto às Escolas de Arruda dos Pisões e Correias, a Vereadora referiu que as mesmas tinham sido indicadas pelo Ministério da Educação, como escolas suspensas no presente ano Lectivo. No que diz respeito à Escola de Correias, referiu-se ao facto de no ano anterior se ter conseguido uma autorização

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

excepcional de funcionamento, o que não acontece para o presente ano lectivo, atendendo a que o encerramento das Escolas de Correias e Arruda dos Pisões implicaria ou o desdobramento de horário, ou a necessidade de construção de mais uma sala. Assim, havia sido entendimento do Conselho Municipal de Educação, também, com o parecer favorável do Conselho Executivo do Agrupamento a que pertencem as Escolas de Correias e Arruda dos Pisões, que aquelas Escolas continuem em funcionamento durante mas um ano lectivo, sendo a proposta no sentido das mesmas se constituírem como pólos da Escola Básica do 1º Ciclo do Outeiro da Cortiçada. Fora, aditado, ainda, pela Vereadora que os Presidentes de Junta de Freguesia procurariam junto dos pais uma acção de sensibilização, para que este ano o número de crianças matriculadas naquelas escolas aumentassem. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo referiu, finalmente que, não obstante a presente proposta ter obtido parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, o mesmo não significa que a mesma tenha acolhimento por parte do Ministério da Educação. E, face a isso, deu conhecimento que está a ser elaborado um ofício a solicitar uma reunião com a DREL, com a finalidade de se expor o assunto, fazendo votos que a presente proposta seja aceite, dado que toda a Rede Escolar está organizada nesse sentido.

O Vereador António Manuel Rola registou com agrado o facto da Câmara utilizando todos os meios legais e possíveis tenha conseguido manter em funcionamento as escolas referidas evitando, assim, alguns constrangimentos, nomeadamente a duplicação de horários e aumento de custos. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Despacho em apreço, da Vice-Presidente, relativo ao Movimento Anual da Rede Escolar para 2008/2009. -----

O Senhor Presidente da Câmara fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Aprovei favoravelmente a ratificação do presente Despacho pela importância

que ele tem para as populações em causa. -----
“Manifesto o reconhecimento das estratégia inteligente adoptada neste processo
pela Vereadora e Vice-Presidente, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de
Figueiredo e Silva.”-----

Os Vereadores Manuel António dos Reis Brites, Eng^a Maria Inês Mauricio e João
Teodoro Miguel, subscreveram a declaração de voto do Presidente. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo, subscreveu a
primeira parte da declaração de voto do Senhor Presidente da Câmara, abstendo-
se em relação à parte final, por a si lhe dizer directamente respeito. -----

ASSUNTOS DIVERSOS

***PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, EM S. JOÃO DA RIBEIRA, EM
NOME DE RAQUEL BARBOSA (SOLICITADORA).***-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Domínio Público, em S. João
da Ribeira, em nome de Raquel Barbosa (Solicitadora), acompanhado por
Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e
Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo
e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas,
certificar que o arruamento assinalado na planta anexa ao pedido da requerente
enquadra-se no Artº63º da Lei nº2110/61 de 19 de Agosto, pelo que pode ser
considerado do conhecimento e do domínio público.-----

***PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, EM CASAIS DA MESQUITA,
FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA DA CONCEIÇÃO ROQUE P. M.
LEMOS (SOLICITADORA).***-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

Foi presente à Câmara o Pedido de Certidão de Domínio Público, em Casais da Mesquita, Freguesia de Rio Maior, em nome de Maria da Conceição Roque P. M. Lemos (Solicitadora), acompanhado por Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que a estrada assinalada na planta anexa ao pedido da requerente enquadra-se no Artº63º da Lei nº2110/61 de 19 de Agosto, pelo que pode ser considerado do conhecimento e do domínio público. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, EM CASAIS DA MESQUITA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA DA CONCEIÇÃO ROQUE P. M. LEMOS (SOLICITADORA). -----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Domínio Público, em Casais da Mesquita, Freguesia de Rio Maior, em nome de Maria da Conceição Roque P. M. Lemos (Solicitadora) acompanhado por Informação do Sector de Topografia de 25.03.2008, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico emitido a 26.03.2008 e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território emitido a 31.03.2008. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que a estrada assinalada na planta anexa ao pedido da requerente enquadra-se no Artº63º da Lei nº2110/61 de 19 de Agosto, pelo que pode ser considerado do conhecimento e do domínio público. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONFIGURAÇÃO DE PRÉDIO, EM RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO C. CARVALHO & GRAÇA F. LOPES – SOC. DE SOLICITADORES. --

Foi presente à Câmara o pedido de Certidão de Configuração de prédio, em Rio Maior, em nome de Paulo C. Carvalho & Graça F. Lopes – Soc. De

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

Solicitadores, acompanhada Informação do Sector de Topografia, parecer da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supra citadas, certificar que a diferença de áreas existente no prédio assinalado pelo requerente não resulta de qualquer cedência ao Município nem sequer de nenhum alargamento de estrada ou passeios.-----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA, EM “COVAS”, CHÃOS, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE MARIA PINHEIRO CARREIRA MARTINS.-----

Foi presente à Câmara um pedido de Certidão de Viabilidade Construtiva, em “Covas”, Chãos, Freguesia de Alcobertas, em nome de Maria Pinheiro Carreira Martins, acompanhado por Pareceres da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico e despacho do Director de Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território. -----

A Câmara deliberou por unanimidade certificar que existe viabilidade construtiva para os locais em questão, de acordo e nos termos das informações supracitadas.

ÁREA FINANCEIRA

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2007.-----

Foram presentes à Câmara os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2007 .-----

O Presidente da Câmara explanou o presente assunto, salientando o facto dos presentes documentos se apresentarem de forma diferente em relação a anos anteriores o que se devera à alteração da legislação. Referiu-se ao facto de, com a

alteração da Lei, tanto o Presidente da Câmara como os Vereadores votaram o presente assunto de uma forma bastante confortável, uma vez que está agora prevista a certificação legal de contas e a emissão de parecer por parte de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, situação que acontece pela primeira vez nos órgãos das Autarquias Locais. Foi salientado pelo Presidente que todos os processos de Prestação de Contas apresentados ao Tribunal de Contas pela Câmara Municipal de Rio Maior, obtiveram sempre aprovação. Sendo isso um reflexo do cumprimento da legislação e do rigor contabilístico demonstrado pelos funcionários da Divisão de Gestão Financeira. Reconheceu esse mérito que simboliza bom desempenho, profissionalismo, rigor e competência dos mesmos. - O Presidente, referindo-se ao parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, procedeu à leitura da respectiva conclusão. ----- Salientou, ainda, que, do ponto de vista técnico, do rigor apresentando e ainda do que é previsto na Lei a nível de normas contabilistas e procedimentos administrativos, não restam dúvidas quanto aos documentos apresentados. ----- Do ponto de vista político, disse ter feito uma introdução ao documento em apreço, analisando a forma como decorrera o exercício do ano de 2007, salientando o facto, daquele exercício ter decorrido num período de estagnação económica a nível nacional e igualmente de limitação de transferências financeiras para as Autarquias Locais, impostas pelo reforço da redução do défice orçamental. Mais disse que dada a redução do endividamento e a redução da despesa corrente, os objectivos da Câmara tinham sido plenamente alcançados, reconhecendo que grande parte do desempenho ora elencado é mérito do anterior Presidente da Câmara, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, que se encontra com o mandato suspenso e de todos os Vereadores que compõem o Executivo, bem como dos serviços e dos dirigentes municipais. ----- O Presidente referiu-se à capacidade de endividamento explanado nos documentos em apreço que contraria as opiniões vinculadas através de vários órgãos da comunicação social no sentido de Rio Maior ser uma das Autarquias cuja capacidade de endividamento estaria no seu limite. ----- Quanto à despesa corrente, o Senhor Presidente referiu que a taxa de execução

orçamental rondara os 96%. -----

A nível de capital, salientou, que o resultado não fora tão positivo, dado que o desempenho a nível de investimentos registara uma taxa de execução na ordem dos 40%, salientando que esse facto poderá originar algumas especulações, mas cabe-lhe esclarecer que o Plano e Orçamento do ano de 2007, no que diz respeito a investimentos, tinha alguma ousadia, a qual na sua opinião era legítima, porque não se sabia aquando da elaboração daquele documento se o Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN, teria ou não execução financeira no ano de 2007; sendo assim situação espectável para quem elaborara aquele documento, o que não se viera a concretizar. Aditou que, possivelmente, no decurso do presente ano, poderá haver execução financeira ao abrigo do QREN, afirmando não haver para já certezas. Face ao exposto salientou ainda que o Plano e Orçamento do corrente ano não prevê qualquer investimento ao abrigo do QREN, atendendo aos factos. -----

O Presidente referiu-se, ainda, na sua intervenção que a baixa taxa de execução a nível do investimento, também tivera a ver com o facto de estar previsto no Plano e Orçamento do ano de 2007 a alienação de património Municipal, com a finalidade de executar determinados investimentos, o que não acontecera, porque fora entendimento do Executivo que só se deveria alienar património nos casos em que fosse necessário para a comparticipação financeira nacional de obras comparticipadas pelos Fundos Comunitários. -----

O Presidente disse, ainda, que as obras provenientes do III QCA que se encontravam a decorrer acabaram por se reflectir no Orçamento de 2007, salientando as dificuldades que surgiram em algumas situações a nível dos processos de expropriação e ainda atrasos por parte de empreiteiros nas execuções das obras. Referiu-se, igualmente, a alguns atrasos a nível de certos procedimentos administrativos, a nível dos concursos públicos. -----

Finalmente, referiu-se ao documento no seu todo, salientando o facto do mesmo registar a contenção da dívida e a redução de despesa, em relação ao previsto, reconhecendo o mérito dos funcionários municipais e a sua dedicação. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

O Vereador António Manuel Rola interveio acerca do presente assunto, dizendo ter ouvido com atenção a exposição do Senhor Presidente da Câmara. Salientou que os Vereadores eleitos pelo PSD, tinham sempre votado favoravelmente os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Rio Maior, nunca os colocando em causa e aditou que no ano de 2005 se tinham abtido, dado terem tomado posse no mês de Novembro daquele ano e portanto não terem feito parte daquele executivo. Referiu não poder deixar de registar a baixa execução orçamental a nível das despesas de capital, dizendo que o Municipio de Rio Maior em função de um problema nacional fora altamente penalizado quanto a apoios de Fundos Comunitários para o concelho. E lamentou, tal facto, dizendo que já haviam decorrido 2 anos e ainda não fora possível aplicar os apoios no âmbito QREN. -----

O Vereador registou a execução de 96% nas despesas e receitas corrente o que reflectiu, a seu ver, rigor orçamental. Mais disse que não irá fazer uma análise mais cuidada do documento em apreço, uma vez que o mesmo lhe fora disponibilizado na tarde do dia anterior. E salientou que os documentos daquela natureza e dimensão deveriam ser entregues com pelo menos dois dias de antecedência aos Vereadores para que os mesmos pudessem ser estudados de forma séria, de modo a permitir uma opinião mais fundamentada. -----

O Presidente lamentou o facto de não ter sido possível entregar os Documentos de Prestação de Contas, compreendendo a posição do Vereador dizendo ser estranho a esse propósito, dado que o documento era para ser disponibilizado com mais antecedência. -----

A Câmara deliberou por unanimidade APROVAR OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS referentes ao ANO DE 2007, que se encontram elencados no Anexo I da Resolução nº. 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas e que foram integralmente elaborados e, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submetê-los à apreciação e votação da Assembleia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

Municipal.-----

Mais deliberou aprovar a proposta de aplicação de resultados e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Deliberou ainda manifestar o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e colaboração prestada pelos funcionários municipais. -----

O Vereador António Manuel Rola fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Independentemente de ter manifestado o atraso na entrega dos documentos o que não me permitiu fazer uma análise mais pormenorizada; -----

Independentemente da execução dos 40 % das despesas de capital não ter sido aquilo que se desejava na presente gerência;-----

Tenho que me apoiar naquilo que é hoje uma nova realidade, nomeadamente o parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que me dá todo o conforto e apoio para que a minha decisão seja favorável ao presente assunto.” -----

O Presidente fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente este documento e sinto-me extremamente orgulhoso do prestígio dos Serviços Municipais aqui plasmado. Desejo manifestar a todos os colaboradores envolvidos o meu agradecimento pelo êxito deste documento. -----

Os Vereadores, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Frois de Figueiredo e Silva, Manuel António Brites, Eng^a Maria Inês Maurício e o João Teodoro Miguel, subscreveram a declaração de voto do Presidente da Câmara. -----

ADSAICA – QUOTA 2007/2008.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

Foi presente à Câmara uma Informação do Gabinete de Projectos Especiais datada de 06 de Março de 2008 e uma Informação da Secção de Contabilidade datada 17 de Março de 2008, relativas ao pagamento das Quotas à ADSAICA – Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros.-----

O Presidente justificou que o presente pagamento se referia aos anos de 2007 e 2008, porque fora ponderado se a Câmara continuaria associada daquela entidade, tendo-se decido para já que se manteria dado que a Câmara estivera solidária com a criação daquela Associação.-----

O Vereador António Manuel Rola solicitou alguns esclarecimentos quanto às actividades desenvolvidas pela ADSAICA e se existiram algumas parcerias entre aquela e o Município.-----

O Presidente esclareceu o Vereador, dizendo que a Associação em causa tem como associados todos os municípios da área do Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros, tendo como objectivo a resolução de problemas de ordenamento, de extracção de pedra e a gestão de alguns conflitos na área do intervenção do Parque Natural. Salientou que neste momento se encontra em discussão pública o novo Regulamento do Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros e que os investimentos previstos já se encontram concluídos, sendo a sua opinião que, face àqueles factores, a existência daquela Associação poderia então já não se justificar, pelo que oportunamente deveria ser tomada uma decisão sobre este assunto.-----

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das quotas à ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros, referente aos anos de 2007 e 2008, no valor total de 2.394,22 €. -----

EDUCAÇÃO E CULTURA

CEDÊNCIA DE CINETEATRO PARA CONCERTO DIDÁCTICO.-----

Foi presente à Câmara um Ofício da Escola das Marinhas do Sal e Informação do Cineteatro, relativa ao pedido de cedência das instalações do Cineteatro para a realização de um Concerto Didáctico. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, autorizar a cedência do Cineteatro para a realização de um Concerto Didáctico do 5º e 6º anos da Escola Marinhas do Sal, no dia 14 de Abril. -----

ÁGUAS E SANEAMENTO

PREÇOS UNITÁRIOS PARA PROLONGAMENTO DE CONDUTAS DE ÁGUA PARA O ANO DE 2008.-----

Foi presente à Câmara uma Informação da Divisão de Obras Municipais, datada de 20 de Fevereiro de 2008, relativa aos preços unitários para prolongamento de condutas de água para o ano de 2008.-----

O Vereador António Manuel Rola solicitou teceu alguns considerandos quanto ao presente assunto, dizendo ter sido esclarecido pelo Chefe de Divisão de Obras Municipais, Engº Ricardo do Rosário, aquando da consulta dos documentos para a presente reunião, tendo inclusive solicitado àquele lhe fizesse uma simulação de um orçamento. Verificar que o Município ficava beneficiado com a proposta apresentada em ralação ao praticado até ao momento, dizendo tratar-se de uma situação mais transparente. Mas não obstante a presente proposta, sugeriu a criação de um Regulamento Municipal que contemplasse aquele tipo de situações. -----

O Presidente referiu que a presente proposta é mais justa em relação à situação que existia até ao momento. Quanto à elaboração de um regulamento aceitou a sugestão apresentada, mas salientou que independentemente da existência do

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

mesmo, os preços terão sempre de ser aprovados, anualmente, dada a sua variação.-----

O Vereador João Teodoro Miguel interveio, dizendo que os preços apresentados são apenas valores que irão dar suporte à despesa na realização daqueles trabalhos e referiu-se às situações imprevistas, nas quais o município poderá vir a perder dinheiro. Salientou de estarem reunidas as condições para a criação de regulamento que poderá ajudar a clarificar situações imprevistas.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar os preços unitários para prolongamentos de condutas de água para o ano de 2008, nos termos propostos na Informação em apreço. -----

TASQUINHAS 2008

TASQUINHAS 2008 - SUBSIDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES. -----

Foi presente à Câmara uma Informação do Sector de Acção Cultural, datada de 4 de Abril de 2008, relativa à atribuição de subsídios às Associações e Colectividades participantes no Certame “Tasquinhas 2008”. -----

O Vereador Manuel António dos Reis Brites apresentou o presente assunto, por solicitação do Senhor Presidente, dizendo que a presente atribuição de subsídios contempla as Associações presentes no certame “Tasquinhas 2008” e também as despesas efectuadas no âmbito das actividades culturais, nomeadamente o fornecimento de refeições.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a Informação em apreço, aprovar a atribuição dos subsídios às Associações e Colectividades presentes no certame “Tasquinhas 2008”, no valor total de 37 853,43 € (trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta e três Euros e quarenta e três Cêntimos).-----

FRIMOR 2008

FRIMOR 2008 – DATA DO CERTAME.-----

Foi presente à Câmara uma Informação do Sector de Acção Cultural, datada de 4 de Abril de 2008, relativa à data de realização do certame “Frimor 2008”. -----

O Vereador António Manuel dos Reis Brites justificou a realização do certame “Frimor 2008” nas datas propostas, dando conta da realização de uma reunião com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior onde fora acordada aquela data. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a Informação em apreço, aprovar a data da realização do certame “Frimor 2008”, nos dias 29 a 31 de Agosto e 1 e 2 de Setembro.-----

APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi presente à Câmara a Acta n.º 6, datada de 31 de Março de 2008. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a referida Acta. -----

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DO PT DE VIA-VAI.-----

Foi presente à Câmara uma Informação do Director do Departamento de Obras Municipais, Ambiente, Águas, Saneamento e Serviços Urbanos, datada de 8 de Abril de 2008, relativa à transferência da responsabilidade do PT (Posto de Transformação) de Via-Vai. -----

O Presidente, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, colocou o presente assunto à

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE ABRIL DE 2008

admissibilidade do Executivo. Ao abrigo da previsão do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o mesmo foi admitido por unanimidade. -----

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a transferência da responsabilidade do P.T. em apreço para as Águas do Oeste, até à sua transferência definitiva, tendo em vista a necessidade de colocar a funcionar a subestação do Via-Vai da rede em alta das Águas do Oeste e garantir o abastecimento em baixa dos depósitos do Via-Vai. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas, o Presidente, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Paulo António Pardal Dias Jorge, Licenciado, Director de Departamento de Administração Geral, que a redigi. -----

O PRESIDENTE: _____

O DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: _____